

**PRÁTICAS SOCIAIS E DEFICIÊNCIA: GÊNEROS DISCURSIVOS  
PUBLICADOS NA WEB E A (IN)ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA  
A PESSOAS CEGAS**

**SOCIAL PRACTICES AND DISABILITY: DISCURSIVE GENRES  
PUBLISHED ON THE WEB AND THE COMMUNICATIVE  
(IN)ACCESSIBILITY TO BLIND PEOPLE**

Gabriela de Souza Marques<sup>1</sup>

Liliam Cristina Marins<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo estabelecer um diálogo entre os estudos da Linguística Aplicada — que, pelo seu viés transdisciplinar, debruçam-se sobre questões de poder marcadas na linguagem — e os estudos críticos da deficiência, à luz da perspectiva decolonial. Para tanto, utilizam-se, como materialidades, gêneros discursivos publicados em ambiente *web* que, mesmo disponíveis em um ciberespaço apresentado como democrático, carecem de adaptações para que, de fato, sejam acessíveis a todas as pessoas, neste caso, especificamente, a pessoas cegas. Discute-se a importância dessas adequações linguísticas segundo uma premissa ontológica e epistemológica, para que pessoas não enxergantes possam também inscrever-se nessas práticas situadas de uso da linguagem e para que tenham assegurado o seu direito à informação e à comunicação. De cunho interpretativista e de natureza qualitativa, este estudo de caso respalda-se nos pressupostos teóricos de Dirth e Adams (2019), Canagarajah (2022), Ferrari (2023), Bakhtin (2011), Lévy (1999) e Costa (2014). Entende-se que observar as propostas de práticas sociais aqui recortadas, que se endereçam a pessoas com deficiência, é uma forma de ver a realidade para além dos paradigmas coloniais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Linguística Aplicada. Gêneros discursivos. Deficiência. Pessoas cegas.

**ABSTRACT:** This paper aims at establishing a dialogue between Applied Linguistics (AL) and the critical studies of disability under a decolonial perspective. Due to its transdisciplinary tendency, AL focuses on power aspects in the use of language. The analysis of discursive genres published on the apparently democratic cyberspace shows that they lack adaptations to be accessible to everybody, including blind people. The importance of such adaptations, from an ontological and epistemological point of view, is discussed in the paper to show that blind people can participate in those situated practices of language use. That is a way to guarantee their right to information and communication access. This study, characterized as interpretive and qualitative, is theoretically based on Dirth and Adams (2019), Canagarajah (2022), Ferrari (2023), Bakhtin (2011), Lévy (1999) and Costa (2014). Observing the social practices addressed to blind people in this context is a way of seeing reality beyond colonial paradigms.

**KEYWORDS:** Applied Linguistics. Discursive genres. Disability. Blind people.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras - Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: gsmarqueslp@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Letras - Estudos Literários pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora associada do Departamento de Letras Modernas e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UEM. E-mail: liliamchris@hotmail.com.

## Introdução

Pensar a comunicação a partir da consideração da existência de diferentes corpos e universos simbólicos é uma questão (ins)urgente dentro da Linguística Aplicada, doravante LA. Segundo Canagarajah (2022), embora a LA tenha começado a discutir questões de identidade de gênero a partir de um viés inter e transdisciplinar, o foco dos linguistas na ideia de competência linguística — que nada mais é que a capacidade que o ser humano tem de se desenvolver na fala e na comunicação — é alicerçado no conceito de *ability*. A capacidade de desenvolver a condição comunicativa está, por sua vez, vinculada à “operacionalização da construção de normas” na língua (Canagarajah, 2022, p. 3). A Linguística, em suas bases tradicionais, nos ensina a ver a língua como um objeto de contornos bem definidos e com delimitações normativas, distanciando-nos da concepção de língua como um conjunto de aglomerações de variações.

Se o estado inicial das línguas é a variabilidade, e não a norma, abordá-la pelas lentes normativas provoca consequências ontológicas consideráveis, já que a existência de normas exclui a alteridade. Questionar a norma não significa, no entanto, acabar com a normatividade, mas legitimar formas diferentes de ver, sentir e saber (n)o mundo via *locus* epistêmico e social. Desse papel, encarregam-se as novas vertentes de estudos da LA.

No início dos anos 1960, quando essa ciência surgiu no Brasil, esteve voltada a questões de ensino e aprendizagem de línguas. Contudo, dados os desdobramentos dos estudos da linguagem em razão de novos contextos sociais e, sobretudo, das novas formas de considerar a língua, não mais como um conjunto de normas, mas como um lugar de poder, passa a haver, no âmbito da LA, espaço para pesquisas com novos escopos, a partir de diálogos interdisciplinares. Além disso, passam a ser contestadas ideologias e problematizados conceitos até então aceitos como verdades universais.

No que se refere à ressignificação da noção de “norma”, especificamente, importa dizer que esta problematização também faz parte dos estudos críticos da deficiência, os quais têm como um de seus objetivos a desnaturalização da ideia de deficiência como um desvio à norma, que foi uma ideia difundida, em grande medida, pelo pensamento moderno (Ferrari, 2023). Estudiosos da deficiência passaram, assim, a promover, segundo Canagarajah (2022), diferentes intervenções para que a Linguística pudesse compreender as capacidades comunicativas das pessoas com deficiências em suas diferentes subjetividades, eliminando paradigmas de comparações e exclusões.

Tal preocupação parece, agora, interessante à linguística moderna, pois busca ir além

dos estudos imanentistas da linguagem ao dedicar-se ao uso das línguas como uma prática mais marcada pelo caos, pelas variações e pela heterogeneidade do que pela ordem, pela norma e pela convenção. Como desdobramento, investigam-se quais formas linguísticas são legitimadas socialmente, em quais espaços ocorrem e o porquê ocorrem, o que contribui para interrogar e interromper práticas comunicativas rejeitadas socialmente, a fim de fazer com que pessoas e instituições passem a legitimar a diversidade.

Identificar, interrogar e interromper são ações que constituem a proposta de uma pedagogia decolonial, segundo Menezes de Souza, Martinez e Figueiredo (2019). Ao identificar as hierarquias, como aquelas marcadas pelo uso da língua como forma de colonialidade, passamos a interrogar de que maneira estamos contribuindo para que se perpetuem e, diante disso, torna-se viável interrompermos toda e qualquer prática colonial.

Afinal, o que a deficiência tem a ver com colonialidade? Para Ferrari (2023, p. 68), “as pessoas com deficiência (PCDs) também tiveram suas ontoepistemes destruídas pelo cruel processo de colonização, também sofrem com as colonialidades até os dias atuais”. Tais colonialidades foram herdadas, segundo a estudiosa, “da modernidade, do MUNDO construído a partir da capacidade, da razão iluminista como instrumento de dominação” (Ferrari, 2023, p. 74).

Diante do reconhecimento de tais colonialidades, perguntar “Onde está o corpo que vê, que ouve, que pensa, que age, que interpreta?” é importante para refletir como as representações linguísticas são derivadas do que herdamos de uma determinada tradição linguística. Uma das heranças da tradição é a convenção, ou seja, uma concordância dentro de uma determinada comunidade que nega a existência de outras. A tradição linguística não pensou, assim, a comunicação a partir da pessoa com deficiência, e uma das justificativas para essa exclusão, segundo Canagarajah (2022), é a origem da Linguística, que tem como seu fundamento a racionalidade moderna, a capacidade comunicativa tradicional, o entendimento e a possibilidade de reflexão.

Observa-se, nesse contexto sócio histórico e cultural em que se desenvolvem novos olhares à língua e à deficiência, que a LA contemporânea pode assumir um aspecto mais ativista, capaz de transformar o *status quo*. Para isso, precisamos levar em conta quem está enunciando, o contexto no qual se enuncia algo e como nos comunicamos por meio de ontoepistemologias que tocam diferentes modos de existência. O lugar da enunciação e os contextos sociais não podem ser desprezados no espaço do saber constituído pela LA contemporânea.

Diante disso, é necessário trazer o corpo de volta, uma das estratégias da pedagogia decolonial proposta por Menezes de Souza, Martinez e Figueiredo (2019), para o conceito de língua, de discurso e de saber, cujo objetivo é evidenciar as condições de produção e de enunciação deste saber. Quando se trata de língua, concebê-la como um objeto descorporeificado, abstrato, com contornos definidos, significa ceder ao ímpeto da homogeneidade e resistir às formas da heterogeneidade que estão à nossa volta. A homogeneidade na maneira de se pensar não somente a língua, mas a comunicação, é uma tentativa de silenciar a heterogeneidade e também uma forma de colonialidade, de tentativas de controle.

Para repensar a língua em parâmetros mais antropológicos, é importante partir de um *ethos* que se caracterize como plurilinguístico e que considere o contexto, a interação, os usuários, os recursos e os repertórios, bem como é preciso, segundo Menezes de Souza (2021), com base no pensador Humberto Maturana<sup>3</sup>, substituir a noção de língua, no substantivo, por linguajar, como verbo, pois o verbo reflete a ideia de língua como fenômeno interacional, processual, dinâmico e corporativo (Menezes de Souza, 2021). Não há, portanto, como desconsiderar a corporalidade do sujeito na comunicação e na produção de sentidos, pois cada corpo pertence a uma semiosfera e é constituído por uma coletânea de saberes. Delineada uma intersecção entre a LA e os estudos críticos da deficiência, notadamente no que se refere ao caráter transdisciplinar dessas duas áreas de estudos, bem como ao fato de, em ambas, ser questionada a normatividade acerca da língua e dos espaços de poder, é possível definir os interesses deste trabalho. Propõe-se, aqui, um diálogo entre o viés crítico dos estudos da deficiência, que contempla a necessidade de participação de pessoas cegas em diferentes práticas sociais/comunicativas, e a produção de gêneros discursivos em ambiente *web* endereçados para esse público, o que nos leva a recuperar, além das bases teóricas já mencionadas, construtos da teoria dialógica do discurso, sobretudo o que discute Bakhtin (2011), acerca da noção de gênero discursivo e da noção, mais tarde desenvolvida, de transmutação (Zavam, 2012).

Dado o caráter dialógico da discussão aqui proposta, não se desconsideram questões sócio-históricas e culturais que permeiam o objeto analisado. À luz dessa perspectiva, este artigo carece de discussões sobre o ciberespaço, no qual circulam alguns gêneros discursivos, às quais são precípuas as considerações de Lévy (1999) sobre o fenômeno da digitalização e, como desdobramento, de seu processo de endereçamento às pessoas não enxergantes.

---

<sup>3</sup> Humberto Maturana, que viveu entre 128 e 2021, foi biólogo e também cientista da cognição.

Nessa perspectiva, o artigo organiza-se em duas seções: a primeira, com base, principalmente, nas contribuições de Ferrari (2023), convida-nos a pensar o mundo a partir das pessoas com deficiência — neste trabalho, de forma específica, a partir das pessoas cegas. A segunda, com base no que preconiza Bakhtin (2011) sobre gêneros discursivos, permite compreender o caráter plástico dos enunciados, a fim de observar como gêneros discursivos publicados em ambiente *web* podem — e devem — ser adaptados quando endereçados também a pessoas não enxergantes. Haja vista os estudos críticos da deficiência, demonstra-se como estes podem contribuir para uma produção discursiva mais eficaz do ponto de vista da(s) possibilidade(s) de produção de sentido(s) a gêneros discursivos publicados em ambiente *web* e destinados a pessoas cegas, dentre outros interlocutores.

Ancorado em um paradigma interpretativista e de cunho qualitativo, este trabalho configura-se um estudo de caso e espera contribuir para que se vislumbrem, em ambiente acadêmico, oportunidades de diálogo entre a LA e os estudos críticos da deficiência, duas áreas que se aproximam pelo caráter transdisciplinar e também pela forma como colocam em xeque ideologias e conceitos pré-estabelecidos e, por vezes, limitados pela normatividade que os caracteriza. Do ponto de vista social, o intuito é buscar por espaços menos excludentes, onde pessoas não enxergantes sejam devidamente consideradas e tenham seu direito de acesso à informação e à comunicação assegurado.

### **Estudos críticos da deficiência: pensando o mundo a partir da deficiência visual**

A professora, pesquisadora e mãe de PCD, Luciana Ferrari (2023), convida-nos a pensar o mundo a partir da deficiência. Este seria um exercício constante de descolonização de nosso próprio olhar, que é contaminado pelo sistema capitalista neoliberal e seu *modus operandi*, cujo “estímulo à competição e consumo reforça a ideia de que o sucesso depende apenas do indivíduo [...] Fica fácil, então, perceber que a pessoa com deficiência nesse sistema é vista como ‘fracassada’, digna de pena, já que a deficiência é entendida como ‘doença’” (Ferrari, 2023, p. 79).

Nesse sistema, não conseguimos pensar segundo a perspectiva do outro, ou seja, a partir da perspectiva da pessoa com deficiência, já que o capitalismo neoliberal não apenas restringe como tenta apagar e enfraquecer nossas diferenças. Por isso, Ferrari (2023) reconhece a dificuldade de considerarmos, sem estranhamento, o convite de pensarmos o mundo a partir da deficiência, o qual poderia ser colocado em prática, de forma mais facilitada, se vivêssemos em um mundo ecológico.

Segundo Sousa Santos (2010), a ecologia de saberes se relaciona com a diversidade e a intertextualidade de diferentes saberes construídos, incluindo, neste contexto, todas as pessoas com suas diferentes corporalidades, narrativas e culturas. Tais saberes são atravessados e materializam-se de maneiras distintas: “como cada saber só existe nessa pluralidade infinita de saberes, nenhum deles se pode compreender a si próprio sem se referir aos outros saberes” (Sousa Santos, 2010, p. 543). Como podemos, assim, validar saberes de um determinado corpo ou grupo social sem legitimar os saberes de outros corpos e grupos?

Para vivermos em um mundo ecológico, como o desejado por Ferrari (2023), que não só contempla a valorização de diferentes saberes das pessoas com deficiência, como preconiza também uma adaptação do mundo físico às diferentes necessidades de PCDs, é preciso questionar o conceito de deficiência, defender a sua normalização, além de advogar também pela desnaturalização da ideia de capacidade, todos objetivos dos estudos críticos da deficiência, os quais propõem justamente este “exercício de deslocamento” (Ferrari, 2023, p. 69). Tal conduta caminha na contramão da noção dominante de deficiência pela perspectiva médica, que posiciona a deficiência como uma patologia (em busca sempre de cura), desconsiderando o contexto social, histórico, político e econômico no qual cada corpo se insere (Dirth; Adams, 2019).

A proposta de Dirth e Adams (2019) consiste justamente na aplicação de estratégias decoloniais segundo uma análise psicológica cultural, que se opõe ao modelo médico, a fim de ressignificar construções compartilhadas pelo senso comum. Além da desnaturalização da ideia de capacidade, outra estratégia significativa é a normalização das formas de ser/estar no mundo associadas às experiências de pessoas com deficiência, a qual se apoia no conceito de deficiência como uma construção social e como uma identidade.

Nessa perspectiva, a deficiência é compreendida como uma identidade e não apenas uma característica física, uma falta de algo que caracteriza quem é normal. Por outro lado, a construção desta identidade precisa estar alicerçada no reconhecimento das diferentes subjetividades e interseccionalidades (ou seja, as características individuais e os aspectos sociais que determinam as identidades, bem como a maneira como tais características e aspectos podem repercutir no estabelecimento de relações sociais e culturais), a fim de não incorrer no erro de homogeneizar diferentes demandas e lutas por direitos (Ferrari, 2023).

Reconhecer como as demandas individuais exigem também demandas ambientais contribui para a valorização das experiências das pessoas com deficiência. Essas demandas não estão relacionadas unicamente a invenções que permitem a pessoas com deficiência viverem

uma mesma experiência em práticas sociais vivenciadas por pessoas sem deficiência, mas ao acesso a condições justas, o que desafia, sem dúvida, os padrões. Para Barbosa (2021, p. 29), “a incapacidade não é fruto do que falta na pessoa, mas do que falta no ambiente”.

Ao marcar a existência dos mais diferentes corpos e estimular a convivência em uma ecologia de saberes (Sousa Santos, 2010), será possível a produção, a circulação e a recepção de práticas de linguagens menos segregacionistas e excludentes, já que o mundo não pensado para a deficiência e, de forma específica, não pensando para as pessoas com deficiência visual, marginaliza o acesso desse grupo à práxis sociais que, para pessoas enxergantes, são habituais.

A título de exemplo, cabe mencionar o acesso a alguns gêneros discursivos, tais como as propagandas e as reportagens veiculadas em redes sociais como o *Instagram*, e descritivos de produto publicados em *e-commerces*, isto é, em ambiente *web*. Todos esses enunciados trazem, em sua estrutura composicional, uma semiose imagética, que, por sua vez, precisa ser lida pelos interlocutores a quem se destina, dentre eles, as pessoas não enxergantes, para que se realize a produção de sentido(s), mas que, na maioria das vezes, não ocorre a contento.

A falta de acesso à semiose verbal de enunciados verbo-visuais como os citados possibilita compreender o ciberespaço como mais um espaço regido por uma norma que exclui as pessoas cegas e que, portanto, precisa ser, a princípio, questionado e, depois, ressignificado, de modo a assumir o caráter ecológico preconizado por Ferrari (2023). Nota-se que a produção de enunciados desses gêneros, alocados nesse espaço digital, configura uma prática situada de uso da linguagem direcionada e caracterizada pela sociedade contemporânea, que é imagética e, por sua vez, oclarcêntrica.

Para Oña (2019), essa característica da sociedade privilegia a visão como sentido principal e dominante em detrimento a outros sentidos e parece ignorar que, atualmente, segundo o censo do IBGE realizado em 2023, mais de seis milhões de pessoas têm deficiência visual no Brasil. Segundo Barbosa (2021), que é pesquisadora e deficiente visual, no passado, era comum que as pessoas cegas formassem grupos para limitar sua convivência entre seus pares, nos seus próprios mundos, “desconectados de uma visualidade” (Barbosa, 2021, p. 29). Esse comportamento de retração característico da comunidade formada por pessoas cegas pode ser explicado, assim, pela predominância da perspectiva oclarcêntrica, que exclui e segrega por não valorizar outros sentidos, além da visão.

Em busca de legitimar a produção e o acesso de diferentes corpos a produções audiovisuais, contrariando a perspectiva oclarcêntrica, o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (Brasil, 2016) e as Cartilhas de Acessibilidade da W3C (W3C, 2023), um consórcio

internacional que visa a tornar o ambiente *web* mais padronizado e acessível, são documentos que regulamentam a produção de gêneros discursivos publicados em ambiente *web* no Brasil, os quais levam em consideração interlocutores outros, que não apenas os enxergantes. Contudo não se tratam de normativas seguidas à risca pelos *websites* brasileiros, uma vez que não ditam obrigatoriedades, apenas sugerem e orientam práticas linguísticas digitais acessíveis.

Entende-se que a adequação de gêneros discursivos publicados em ambiente *web* a interlocutores cegos é, antes de tudo, uma questão de compreensão de relações dialógicas estabelecidas a partir desses enunciados, às quais os estudos críticos da deficiência somam-se, de modo a considerar, de maneira justa, as necessidades específicas de pessoas não enxergantes. Vale ressaltar, por outro lado, que não se trata de uma mera *inclusão* das pessoas com deficiência no mundo ‘perfeito’ das pessoas sem deficiência (Ferrari, 2023).

Aliás, o termo *inclusão* soa, para Ferrari (2023, p. 81), “mais uma arrogância e dominação do homem branco, ocidental, hétero, capaz, achando que todos querem entrar no seu mundo”. É como se uma pessoa com deficiência precisasse pedir permissão para participar de práticas sociais que podem ser exercidas naturalmente pelos homens “capazes”. Em contrapartida a essa consideração, trata-se da construção de uma sociedade justa, que oportunize o acesso a práticas sociais por todo e qualquer corpo.

A busca por justiça social expande nossas percepção e sensibilização para outras formas de se viver que são igualmente possíveis e legítimas, o que provoca, em um indivíduo PCD, por exemplo,

[...] um sentimento de liberdade por não precisar se encaixar nas normas e nas expectativas pré-estabelecidas do outro. Parte do potencial analítico transgressor [...] é justamente a necessidade de se pensar em alternativas (para além do padrão) para se viver com e na deficiência (Ferrari, 2023, p. 80).

Entre tais alternativas para uma pessoa não enxergante está o exercício de práticas de leitura de enunciados — verbais, imagéticos e/ou verbo-visuais — nos mais diversos gêneros discursivos e em suas diferentes circulações sociais, tanto a partir de descrições, que podem ser lidas por programas de computadores, como por audiodescrições gravadas ou ao vivo. Ambas as práticas configuram um fazer tradutório, especificamente uma tradução intersemiótica (Jakobson, 2010; Plaza, 2013) — em que a semiose imagética é transposta a uma semiose verbal —, e sua produção demanda o conhecimento sobre as necessidades de pessoas não enxergantes enquanto interlocutoras de enunciados multissemióticos.



Possibilitar que diferentes formas de linguagens possam ser acessadas por meio de outros sentidos que não apenas e exclusivamente pela visão descortinou a realidade de que, “quando submetidas a experiências acessíveis, as pessoas cegas ou com baixa visão, podem aprender e interagir com o mundo sem prejuízos interpretativos e conceituais” (Barbosa, 2021, p. 29). Quando as pessoas com deficiência visual passaram a frequentar diferentes espaços, fruto, segundo Barbosa (2021), das políticas de inclusão, a acessibilidade comunicativa mostrou-se imprescindível não apenas para o pertencimento cultural, mas também educacional, laboral e social. Entre os recursos de acessibilidade disponíveis para a pessoa cega está o braile, a audiodescrição e os chamados textos alternativos, que acompanham, em alguns contextos, textos imagéticos e/ou verbo-visuais, descrevendo a semiose imagética que os constituem. Recursos como estes estão presentes, em sua grande maioria, nos gêneros discursivos que circulam no ciberespaço.

É válido mencionar, por fim, que cada gênero discursivo tem suas especificidades e, por essa razão, demandam também adaptações diferentes para que se tornem acessíveis a interlocutores cegos. Conhecer esses enunciados e o que os caracteriza, em termos de abordagem temática, estrutura composicional, estilo e outros aspectos dialógicos, é parte do caminho para uma sociedade em que os saberes sejam, de fato, ecológicos.

### **A produção de gêneros discursivos na *web* à luz dos estudos críticos da deficiência**

Bakhtin (2011) define os gêneros discursivos como formas relativamente estáveis de enunciados. Apesar de a obra citada ser, provavelmente, a referência mais popularizada no tocante à conceituação desse objeto dos estudos da linguagem, Brait e Pistori (2012) destacam que há outras obras de Mikhail Bakhtin (1895-1975), Pavel Nicolaevich Medvedev (1892–1938) e Valentin Nicoláievitch Volóchinov (1895-1936) — o chamado Círculo de Bakhtin —, em que os gêneros discursivos são também discutidos. Todavia, dadas as limitações de espaço deste artigo, esta seção restringe-se à obra em que Bakhtin (2011) dedica um capítulo à tarefa de conceituar esses enunciados.

O caráter plástico dos gêneros discursivos apresentado por Bakhtin (2011) deve-se a sua relação direta com o contexto sócio histórico e ideológico de uma época. Para além de um contexto imediato que se reverbera nas diferentes práticas sociais de comunicação e expressão, aspectos sociais, históricos e ideológicos atravessam, também, a elaboração dos mais diversos enunciados e, assim, imprimem marcas dos diferentes campos de atividade humana aos gêneros discursivos que os constituem e são por eles constituídos.

Por serem maleáveis, os gêneros discursivos remodelam-se a cada evento comunicativo, porém Brait e Pistori (2012) destacam que todos eles estão ligados a uma tradição. Logo, pode-se compreender que, apesar de adquirir novas roupagens ou configurações, os enunciados guardam relações com outros gêneros já existentes e, dessa maneira, a produção de sentido(s) de que lhes é decorrente deve considerar, também, essa espécie de vínculo. Esse processo é o que possibilita vislumbrar um fenômeno chamado por Zavam (2012) de transmutação, em que alguns gêneros discursivos ganham novas características e, em outras situações, surgem, ainda, formas novas de enunciados, configurando novos gêneros.

A transmutação ocorre, em certa medida, pelo caráter sócio, histórico e cultural dos gêneros discursivos, de modo tal que mudanças sociais e históricas convidam os sujeitos a comunicarem-se de formas outras. A emergência do ciberespaço que, segundo Lévy (1999), decorre de um processo de digitalização em que a tecnologia se atrela à comunicação, pode ser considerada o acontecimento fomentador da circulação de gêneros discursivos em ambiente *web*, sejam esses novos gêneros discursivos ou gêneros discursivos já existentes que ganham nova roupagem nesse novo cenário, como resultados de uma transmutação.

Historicamente, Lévy (1999) explica que a digitalização resulta de um movimento social iniciado nos Estados Unidos na década de 1990, em que se reivindicavam computadores para todos. Dado o caráter democrático desse evento, o ciberespaço é idealizado como um ambiente plural, heterogêneo e acessível, em que a diversidade é — ou deveria ser — respeitada. Todavia, quando se voltam os olhares à produção de alguns gêneros discursivos em ambiente *web*, verifica-se a necessidade de adaptações a esses enunciados para que, somente assim, sejam de fato acessíveis a todas as pessoas. Delineia-se, portanto, o *locus* de discussão do presente trabalho: gêneros discursivos publicados em uma rede social e que, tendo em vista o seu caráter multissemiótico, precisam ser traduzidos a pessoas não enxergantes.

Os gêneros discursivos “reportagem” e “anúncio publicitário” podem ser considerados dois exemplos de gêneros transmutados (Zavam, 2012) quando presentes em ambiente *web*. O primeiro, prototípico da esfera jornalística, como explica Benites (2002), é marcado pela linguagem simples e tem a função social de discutir uma temática de relevância social de maneira investigativa, a fim de popularizá-la entre as pessoas, levando a elas conhecimentos mais aprofundados sobre a questão em pauta. Para tanto, vale-se de outro gênero discursivo jornalístico, a entrevista, comumente realizada com especialistas acerca do tema tratado ou com outras pessoas que contribuam para uma abordagem mais ampla e aprofundada acerca de um tópico.

Em ambiente *web*, a tradicional reportagem que, quando publicada em jornais, poderia conter uma fotografia em sua estrutura composicional, ganha novos elementos imagéticos, tais quais uma quantidade maior de fotografias, a presença de infográficos e, por vezes, inserções de modalidade audiovisual. As entrevistas que compunham o texto impresso ganham voz e movimento e, com certa frequência, enunciados desse gênero podem apresentar a fala dos entrevistados em áudio ou em vídeo. Especialmente nas redes sociais, a chamada para a leitura de uma reportagem é feita a partir de uma publicação em que é trazida uma fotografia relacionada ao tema do texto e um trecho da redação, com a indicação de um *link* que converge para o *site* do veículo de comunicação responsável pela publicação.

O anúncio publicitário, por seu turno, que, até o advento da internet, era restrito à mídia impressa e às mídias tradicionais, como a televisão e o rádio, ganha maior dinamicidade quando publicado em ambiente *web*. Conforme Sousa (2017), é parte do intuito argumentativo desse gênero a utilização de imagens para a persuasão do interlocutor, de modo a levá-lo à compra de um produto e/ou à contratação de um serviço. Quando presente em redes sociais, anúncios publicitários podem, ainda, ser constituídos por uma semiose audiovisual, tal qual ocorre com as reportagens. Quanto à semiose imagética, esta se mostra indispensável à elaboração de enunciados desse gênero.

Nesse sentido, verifica-se que ambos os gêneros discursivos aqui mencionados corroboram com as ideias de Oña (2019) acerca do ocularcentrismo. Para a leitura desses enunciados, o sentido da visão aparenta ser essencial, de modo que pessoas não enxergantes parecem excluídas dessas práticas situadas de uso da linguagem. Dessa feita, haja vista o papel de ressignificação assumido pela LA desde a década de 1970, entende-se que as novas teorizações, sobretudo as regadas pelos construtos dos estudos críticos da deficiência, podem contribuir para um olhar menos excludente à produção desses enunciados multimodais quando reflete o uso da linguagem considerando os corpos que a utilizam.

A princípio, vale mencionar que pessoas com deficiência apresentam necessidades específicas e, para que sejam devidamente atendidas e tenham seus direitos assegurados, tais demandas precisam ser (re)conhecidas. O desconhecimento de suas singularidades, conforme Costa (2014), reverbera-se em barreiras atitudinais diversas, dentre as quais se destaca a barreira atitudinal de ignorância, quando se demonstram excluídas as especificidades das PCDs. Além disso, a falta de adaptações ambientais destinadas a essas pessoas e até mesmo adaptações ineficazes também se configuram como barreiras atitudinais.

No que se refere à publicação de enunciados multimodais em ambiente *web*, notadamente quando considerados, dentre seus interlocutores, as pessoas cegas, verifica-se a necessidade de Tradução Audiovisual (doravante TAV) e/ou de audiodescrições para as imagens e vídeos divulgados. Essas práticas consistem em traduções intersemióticas, tais quais as concebem Jakobson (2010) e Plaza (2013), em que uma semiose é traduzida em outra. Como exemplo de uma tradução intersemiótica, pode-se citar a produção de sentidos estabelecida a partir de uma semiose imagética e/ou audiovisual, que, por meio de um processo tradutório, passa a ser empreendida pela semiose verbal.

Dessa maneira, imagens e vídeos podem ser traduzidos em palavras, tornando-se adequadamente acessíveis a pessoas não enxergantes via *softwares* leitores de tela ou audiodescrição. Embora tenham a mesma finalidade de tornar textos multissemióticos acessíveis a interlocutores com necessidades específicas — tais quais pessoas cegas, surdas e/ou autistas —, a TAV acessada a partir de leitores de tela consiste em uma leitura automática, por vezes, livre de entonações, e aplica-se a enunciados compostos por uma semiose imagética e/ou uma semiose verbal. A audiodescrição, por sua vez, consiste em uma leitura dinâmica, comumente feita por um audiodescritor humano e pode ocorrer em imagens dinâmicas ou estáticas.

Ambos os trabalhos tradutológicos, contudo, devem ser empreendidos por profissionais especializados, pois não se trata simplesmente de descrever, sem qualquer critério, aquilo que se vê. Conforme Costa (2014),

Em resumo, como a áudio-descrição é uma área da Tradução Audiovisual, não basta que se descreva alguma coisa para se apelidar essa descrição de áudio-descrição, é essencial que se conheça a fonte das imagens, o evento visual, que se pesquise sobre o assunto e a sua gênese e que se conheça a forma de processamento da informação (quando uma mensagem com imagens é transmitida sonora ou taticilmente, vai ser recebida e decodificada pelo sistema auditivo ou háptico). Por outras palavras, e estabelecendo um paralelismo com a tradução, assim como não se é tradutor sem conhecer: a língua de partida e a de chegada, assim como a sua cultura, a sociedade em que estão inseridas, o contexto em que estão a ser utilizadas; também não se faz áudio-descrição se o chamado tradutor visual não conhecer a obra traduzida, a forma de recepção/processamento da informação pelas pessoas com deficiência visual independentemente do grau, inclusive quando os utilizadores não têm experiência visual. Por isso, a áudio-descrição não é uma mera transposição da imagem em palavras, mas antes uma tradução que respeita a “transformação” da informação, inclusive por meio de recursos sensoriais presentes na tradução. (Costa, 2014, p. 43)

Fica clara, portanto, a necessidade de formação inicial e continuada de profissionais da área da TAV, na qual se incluem tradutores propriamente ditos e, no caso da audiodescrição, também consultores cegos que possam validar profissionalmente o processo. Como documentos orientadores de tais práticas, além das pesquisas realizadas em área acadêmica, destacam-se o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (Brasil, 2016) e as cartilhas de acessibilidade da W3C (W3C, 2020). É importante destacar, entretanto, que esses materiais não apresentam condutas obrigatórias para a acessibilidade na elaboração de enunciados multimodais, como as reportagens e os anúncios publicitários, e sim orientações que visam a tornar o ambiente *web* mais acessível a todas as pessoas, indicações essas que podem ou não ser seguidas.

Considerados os estudos críticos da deficiência, especialmente aqueles que apresentam a necessidade de criação de um mundo ecológico para as pessoas com deficiência (Ferrari, 2023), verifica-se que a produção dos gêneros discursivos “reportagem” e “anúncio publicitário”, publicados em ambiente *web*, demanda adaptações quando consideradas, dentre os seus interlocutores, as pessoas cegas. Essas adaptações incluem a TAV das imagens que os integram e que são parte de sua estrutura composicional, bem como a audiodescrição da semiose audiovisual presente em alguns desses enunciados.

Neste artigo, tomam-se como exemplo duas publicações realizadas na rede social *Instagram*: uma reportagem e um anúncio publicitário. Ambas se apresentam como acessíveis a pessoas não enxergantes, uma vez que trazem, no corpo do enunciado verbal, a TAV das imagens que as constituem. O presente trabalho volta-se à análise dessas traduções, de modo a problematizá-las no que diz respeito a um acesso realmente justo à informação e à comunicação desse grupo social.

Não se espera esgotar, neste estudo, todas as possibilidades de problematização da adaptação de reportagens e anúncios publicitários publicados em redes sociais em seu endereçamento a pessoas não enxergantes, inclusive porque o material recortado para a análise configura uma amostra pequena de uma realidade muito maior. Todavia, tendo em vista o aprofundamento na unidade de análise que é característico de estudos de caso, como explicam Lüdke e André (1986), tornam-se possíveis inferências acerca das práticas sociais aqui recuperadas no tocante à acessibilidade comunicativa a interlocutores cegos.

As publicações que integram a análise foram elaboradas por dois locutores que, no Brasil, são referência em seus segmentos. A reportagem em questão foi produzida e publicada pela Folha de S. Paulo, o jornal de maior circulação no país, segundo dados do Instituto

Verificador de Comunicação<sup>4</sup>, ao passo que o anúncio publicitário foi recortado da página da rede de franquias O Boticário, que, conforme dados da Associação Brasileira de *Franchising*<sup>5</sup>, é a maior rede de franquias nacional. Supõe-se que, pela tradição e atual visibilidade dessas empresas, suas publicações poderiam destacar-se também no que diz respeito à acessibilidade a pessoas com deficiência, aqui, especificamente, a pessoas cegas.

É importante mencionar que outros jornais, além da Folha de S. Paulo, e outras redes de franquias de cosméticos, que não O Boticário, também traduzem suas publicações verbo-visuais no *Instagram*, assim como há aqueles que não fornecem nenhuma TAV. O fato de as imagens não serem transpostas por algumas empresas corrobora com a ideia de que o mundo não é pensado a partir da deficiência (Ferrari, 2023) e que é a perspectiva ocularcêntrica que domina o modo de viver na sociedade contemporânea, como define Oña (2019).

Como as orientações do Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (Brasil, 2016) e da cartilha de acessibilidade da W3C (W3C, 2020) não são obrigatoriedades às quais todas as publicações em ambiente *web* devem adequar-se, e sim indicações de como tornar o ambiente *web* menos excludentes às PCDs, análises como a proposta por este trabalho mostram-se necessárias. Isso porque problematizam as traduções intersemióticas de imagens em circulação e sinalizam, assim, a importância de um fazer tradutório que considere a realidade e as demandas das PCDs a quem se endereçam.

A publicação da Folha de S. Paulo observada foi realizada em 23 de fevereiro de 2024, e foi recortada a primeira postagem da página a apresentar tradução intersemiótica para a fotografia que a constitui, sendo este o critério para seleção do enunciado:

Figura 1 – Reportagem sobre a morte de Wilson Fittipaldi Jr.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> A informação referente à popularidade do jornal Folha de S. Paulo encontra-se disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2024.

<sup>5</sup> A informação referente à popularidade da rede de franquias O Boticário encontra-se disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Botic%C3%A1rio](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Botic%C3%A1rio). Acesso em: 23 fev. 2024.

<sup>6</sup> Sugestão das autoras para a descrição desta imagem: “Fotografia em preto e branco é obituário de Wilson Fittipaldi Jr. No primeiro plano, há a imagem de Fittipaldi sorrindo. Ele está olhando para seu lardo esquerdo e posa, sem capacete, dentro do primeiro carro de F1 brasileiro, um Dana, que está parado. Ao fundo da imagem, há parte do corpo de alguns espectadores e a imagem parcial de um capacete. Sobre a imagem, há a data de seu nascimento (1943) e falecimento (2024)”.



Fonte: *Instagram* Folha de S. Paulo

Para interlocutores enxergantes, na imagem, destacam-se dois elementos: o piloto e o carro. Há, ainda, ao fundo da fotografia, um capacete, e aparecem as pernas de algumas pessoas que parecem observar Wilson Fittipaldi Jr. dentro do carro. Na tradução intersemiótica elaborada pela Folha de S. Paulo, no entanto, há informações de que o piloto está dentro do primeiro carro de fórmula 1 brasileiro e de que aparece sorrindo, bem como a menção ao que aparece escrito sobre a semiose imagética: o nome do piloto e os anos de seu nascimento e falecimento.

Assim, suprimem-se a pessoas não enxergantes as informações de que o carro se encontra parado em um autódromo; de que — além de estar sorrindo, Fittipaldi Jr. aparece olhando para o seu lado esquerdo; de que, embora esteja dentro do carro, o piloto está sem capacete, e este, por sua vez, aparece ao fundo da imagem, ainda que de forma presumida, já que a imagem está pela metade. Ainda acerca do que aparece ao fundo, também não são mencionadas as pernas de pessoas paradas atrás do competidor, que, embora sejam deduzidas por não estarem representadas como parte de um corpo por inteiro, ainda assim, esta descrição precisaria ser sinalizada. Não é mencionado, por fim, o patrocinador de Fittipaldi Jr., Dana, cuja logomarca aparece na parte superior do veículo.

A restrição de elementos a interlocutores cegos demonstra que a TAV empreendida pela Folha de S. Paulo não se adéqua ao que propõem tanto o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (Brasil, 2016), quanto a cartilha de acessibilidade da W3C (W3C, 2020). Segundo esses documentos, para que as imagens se tornem acessíveis a pessoas não enxergantes, faz-se necessário que sejam descritas por completo, sem generalizações. Inclusive, o Guia (Brasil, 2016) preconiza o uso de adjetivos que permitam compor imagens, isto é, constituir, a seu

modo, a semiose imagética de um enunciado, de modo que esta se torne palpável, de alguma maneira, pelos detalhes descritos.

De forma específica, a cartilha de acessibilidade da W3C (W3C, 2020), que visa à padronização das diferentes páginas *web* para que se tornem de fato acessíveis, trata da importância de as imagens serem descritas para que um *site* possa ser considerado democrático e permita a livre circulação de internautas. Em outras palavras, significaria permitir livre acesso e circulação a todas as pessoas por enunciados de diferentes gêneros que sejam constituídos também por diferentes semioses. Nota-se que tais orientações igualmente não são de todo seguidas pela Folha de S. Paulo na TAV elaborada à fotografia sobre a morte do piloto Wilson Fittipaldi Jr. Diante disso, são observadas barreiras atitudinais de padronização e de generalização, por meio das quais, segundo Costa (2014), as necessidades específicas demonstram-se desconhecidas e são oferecidas a interlocutores não enxergantes informações sintetizadas e/ou simplificadas acerca das imagens traduzidas. Ainda que as pessoas cegas sejam consideradas, porque a página oferta-lhes uma TAV, esta não se mostra eficaz em tornar a semiose imagética da publicação tangível por completo a esse público em específico. A supressão de alguns elementos visuais da fotografia que integra a reportagem da Folha de S. Paulo publicada no *Instagram* desse tradicional veículo de comunicação brasileiro pode interferir na produção de sentido(s) ao enunciado por parte dos interlocutores não enxergantes em relação ao acesso igualitário às informações divulgadas.

A publicação de O Boticário analisada, por sua vez, foi feita em 10 de fevereiro de 2024 e, novamente, recortou-se a primeira postagem da página a apresentar tradução intersemiótica para a fotografia que a constitui, sendo este o critério de seleção adotado:

Figura 2 – Anúncio publicitário de loção e gel hidratantes<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Sugestão das autoras para a descrição desta imagem: “Na imagem, há uma caixa de madeira com diversas maçãs verdes e, sobre e entre as maçãs, há, em primeiro plano, a loção desodorante corporal maçã verde, de 200 ml, e o gel hidratante refrescante facial da linha Cuide-se bem, de 80g. Ao fundo, há outro produto, que tem sua imagem ofuscada. As embalagens são de cor verde e branca e há a imagem de uma maçã mordida como logotipo. Também contém a informação de que é um produto vegano”.





Fonte: *Instagram* O Boticário<sup>8</sup>

Nesta TAV, ainda que as maçãs verdes sejam mencionadas, não é descrito que os produtos de O Boticário estão sobre elas, que elas aparecem entre os produtos e também ao fundo da imagem. Sabe-se da existência das maçãs na fotografia, porém não se menciona qual é a sua disposição e suas diferentes perspectivas. Ademais, em se tratando especificamente da loção desodorante e do gel hidratante, nenhuma informação referente à embalagem desses cosméticos é mencionada a interlocutores não enxergantes, como a imagem da maçã mordida, as cores branco e verde utilizadas e até mesmo as informações escritas em cada item.

Assim como no enunciado elaborado pela Folha de S. Paulo, é possível dizer que, aqui, algumas informações são suprimidas a interlocutores cegos, evidenciando barreiras atitudinais de generalização e de padronização (Costa, 2014). A descrição da semiose imagética é generalista e padronizada, porque cita quais elementos integram a imagem, porém não oferece ao público não enxergante informações que o permita constituir imagens, como preconiza o Guia para Produções Audiovisuais Acessíveis (Brasil, 2016), tais como o posicionamento das maçãs e dos cosméticos, as informações do rótulo e a descrição das cores. Acerca das cores, especificamente, o Guia (Brasil, 2016) explica que nem todas as pessoas cegas são cegas congênitas e que, mesmo àquelas que são, há um processo de atribuição de sentido(s) às cores.

<sup>8</sup> Antes de qualquer consideração sobre a TAV ofertada pela empresa O Boticário à imagem que integra o anúncio publicitário recortado para esta análise, é importante dizer que a referida publicação divulga dois produtos distintos. A primeira imagem, que é aqui analisada, apresenta uma loção desodorante e um gel hidratante da linha Cuide-se Bem, com fragrância de maçã verde, ao passo que a segunda imagem, não analisada neste trabalho, trata de uma loção hidratante da mesma linha, mas com fragrância de banana. O recorte deve-se, mais uma vez, às limitações de espaço para a discussão aqui empreendida. Assim, esclarece-se que o termo “carrossel”, na TAV das imagens da postagem em questão, remete às duas imagens publicadas, juntas, nesse anúncio de O Boticário. A segunda imagem, referente à loção hidratante de banana, pode ser acessada à medida que o leitor/usuário aciona a seta posicionada à direita da primeira imagem.

É válido mencionar que tudo o que é restrito a interlocutores cegos pode ser interpretado em um processo de leitura e, nesse sentido, a falta de acesso a alguns elementos visuais e/ou informações sobre a distribuição desses elementos na imagem pode interferir negativamente na produção de sentido(s) do enunciado e, em especial, à possibilidade de um acesso justo a estas pessoas que são, também, consumidoras em potencial. O engajamento deste público com o anúncio e com a própria empresa é prejudicado quando se limitam descrições em um espaço que já existe para este objetivo e que é direcionado para consumidores não enxergantes. Desse modo, entende-se que as barreiras atitudinais que atravessam a TAV desse anúncio publicitário segregam os interlocutores não enxergantes, pois não permitem as mesmas condições de leitura e de acesso à informação se comparado ao processo possibilitado a pessoas enxergantes. Nesse sentido, o ciberespaço que, conforme Lévy (1999), propõe-se democrático, mostra-se excludente, uma vez que não parece pensado para estas PCDs, consideradas as suas demandas específicas.

### **Considerações finais**

A LA que, no início da década de 1970, deteve-se a discussões relacionadas a situações de ensino e aprendizagem de línguas, apresenta-se, agora, como arcabouço teórico-metodológico produtor à observação e à problematização de práticas situadas de uso da linguagem em que se inscrevem pessoas não enxergantes, atribuindo novos matizes a contextos ainda segregacionistas. Isso em razão de seu caráter transdisciplinar, que torna possível o diálogo entre teorias da linguagem e outros estudos, tais quais os estudos críticos da deficiência.

O encontro de teorizações entre gêneros discursivos e estudos críticos da deficiência possibilitou observar, pela breve discussão aqui empreendida, que a transmutação dos gêneros discursivos reportagem e anúncio publicitário, com novas roupagens em razão de sua publicação e circulação em ambiente *web*, também toca aspectos relacionados à acessibilidade comunicacional a interlocutores cegos.

Nesse âmbito, barreiras atitudinais de generalização e de padronização atravessam a prática de tradução intersemiótica das imagens que compõem esses enunciados, de modo a confirmar o que preconizam os estudos críticos da deficiência, notadamente o que defende Ferrari (2023): o mundo e, neste caso, o ciberespaço, não parecem pensados às PCDs, nem em aspectos ontológicos, nem epistemológicos.

O ambiente digital que, a princípio, propunha-se democrático (Lévy, 1999), mostra-se excludente e distante da ecologia de saberes de que trata Sousa Santos (2010) e do mundo ecológico proposto por Ferrari (2023). Assim, a digitalização de gêneros discursivos, antes restritos à mídia impressa e às mídias tradicionais, como a televisão e o rádio, não se demonstra oportuna a práticas decoloniais no que se refere ao acesso à informação e à comunicação por pessoas não enxergantes.

## Referências

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. (org.). *Estética da criação verbal*. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2011.
- BARBOSA, L. M. M. Esculpindo imagens com palavras: a consultoria em audiodescrição. In: PERROTTI-GARCIA, A. J.; BRAHEMCHA, F. (org.). *Ao vivo e a cores: relatos de casos de audiodescrição de eventos ao vivo*. São Paulo: Editora Livro falante. 2021.
- BENITES, S. A. L. Reportagem. In: BENITES, S. A. L. *Contando e fazendo história: a citação no discurso jornalístico*. São Paulo: Arte e Ciência. Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002. p. 49–50.
- BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o círculo. *Alfa*, v. 56, n. 2, p. 371–401, 2012.
- BRASIL. *Guia para produções audiovisuais acessíveis*. Brasília: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. 2016.
- CANAGARAJAH, S. A Decolonial Crip Linguistics. *Applied Linguistics*, v. XX/XX, p. 1–22, 2022.
- COSTA, A. M. *A tradução audiovisual: os desafios da áudio-descrição*. 2014. Dissertação (Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas) – Programa de Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas (ISCAP), 2014.
- DIRTH, T.; ADAMS, G. Decolonial theory and disability studies: on the modernity/coloniality of ability. *Journal of Social and Political Psychology*, v. 7, n. 1, p. 260–289, 2019.
- FERRARI, L. Deficiência, linguagem e decolonialidade: e se pensássemos o mundo a partir da deficiência? In: IFA, S.; MENICONI, F. C.; NASCIMENTO, A. K. (org.). *Linguística aplicada na contemporaneidade: práticas decoloniais, letramentos críticos e discurso no ensino de línguas*. Campinas: Pontes. 2023.
- JAKOBSON, R. Aspectos linguísticos da tradução. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. In: JAKOBSON, R. (org.). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix. 2003.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In: LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. p. 11–24.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T.; MARTINEZ, J. Z.; FIGUEREDO, E. H. D. “Eu só posso me responsabilizar pelas minhas leituras, não pelas teorias que eu cito”: entrevista. *Revista X*, v. 14, n. 5, p. 5–21, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v14i5.70381>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MENEZES DE SOUZA, L. M. T. *et al.* Diálogos entre saberes indígenas e indigenistas: conversa com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza e Daniel Iberê Guarani M'byá. *Revista UniLetras*, v. 43, p. 1–23, 2021. Disponível em: 10.5212/Uniletras.v.43.18235.2021. Acesso em: 15 fev. 2024.

MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial. 2006.

OÑA, C. *Ocularcentrismo: cuando el sentir supera al ver*. Quito: Casa Andina. 2019.

O BOTICÁRIO. Post em rede social. São Paulo, fevereiro, 2024. Instagram. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C3LmfeopXcL/?hl=pt-br&img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C3LmfeopXcL/?hl=pt-br&img_index=1). Último acesso em: (24/02/2024).

PLAZA, J. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva. 2013.

SOUZA, M. M. F. *A linguagem do anúncio publicitário*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

SOUZA SANTOS, B. Um ocidente não-ocidentalista? A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez. 2010.

VENTURA, R. Pioneiro da F1. Folha de São Paulo, 23/02/2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C3sRaTHOlBr/?hl=pt-br>. Último acesso em: 24/02/2024.

W3C. *Cartilha de acessibilidade na web* [livro eletrônico]: fascículo IV: tornando o conteúdo web acessível. São Paulo: Comitê Gestor da internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://ceweb.br/cartilhas/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-IV/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

ZAVAM, Aurea Suely. Transmutação: criação e inovação nos gêneros do discurso. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 12, n. 1, p. 251–271, 2012.